

Defendamos a sintaxe da língua portuguesa

Conclusão

pode afirmar o mesmo. Em "a violência com que se procura ver participios presentes" não é possível pôr no plural o verbo regente, porque o seu sujeito é a oração iniciada pelo infinito — "ver participios presentes"; isso é que "se procura" ou "é procurado". Conforme a cerebrina doutrina do professor a que se refere o consulente, fora também correcta a construção: "A violência com que se procuram ver participios presentes", que significa isto: "A violência com que participios presentes são procurados ver" ou "com que participios presentes procuram ser vistos".

O segundo exemplo — "palavras com que se procura reformar ou melhorar os actos" não pode ter no plural o verbo da oração principal; se se disser "palavras com que se procuram reformar ou melhorar os actos", perpetrar-se-á um dislate, visto que isso quereria dizer: "Palavras com que os actos procuram ser reformados ou ser melhorados." Ou, piormente, "palavras com que os actos são procurados reformar ou melhorar".

No de Castilho, também é impossível dizer-se que "se aconselham fazer cócegas", porque não há gente sensata que seja capaz de supor que "cócegas são aconselhadas fazer" ou que "cócegas aconselham ser feitas".

Igualmente no de Rui Barbosa: quem seria tão desassinado que dissesse: "Ambos esses dois verbos eram usados construir" ou "usavam ser construídos"?

No "Jornal do Comércio" de 6 de Maio de 1951, reportando-me a construções idênticas, em que o mesmíssimo professor defende, aconselha e recomenda se ponha o verbo regente no plural, por ser tão correcta essa concordância quanto a em que esse verbo esteja no singular, perguntei: "Pois não vê toda a gente que é o afixar cartazes que se proibe? não sente que muros não podem querer coisa alguma? e que é demolir aqueles muros o que se quer? Não compreende o gramático que o "se" pertence não ao infinitivo, mas aos verbos que iniciam as duas orações? Não enxerga que é ilógico, absurdo mesmo, pôr tais verbos no plural?"

Ensina o tal professor que são correctas as construções: "Procura-se alugar casas" e "procuram-se alugar casas", porque na primeira o sujeito é o infinitivo, e na segunda é "casas". Nem um nem outro ensinamento estão certos: não está o primeiro porque o sujeito não é, simplesmente, o infinitivo, e sim a oração infinitiva "afixar cartazes"; não está o segundo porque o sujeito não pode ser "casas", pois este sujeito é incapaz de exercer acção, e, além disso, não há locução verbal em "procura-se alugar"; "procura-se" é oração principal; "alugar casas" é oração substantiva subjectiva (sujeito de "procura-se"). Contra a razão seria entender que "casas são procuradas alugar" e contra o bom-senso — "casas procuram ser alugadas". A palavra "casas" é objecto directo de "alugar", e não sujeito do verbo regente. O "se" é partícula apassivadora, jamais pronomine indefinido. "Procura-se" é o mesmo que "é procurado": alugar casas é procurado. O verdadeiro agente é a oração infinitiva.

Ensina mais o dito professor que "há liberdade de construção" em "permite-se erguer aqueles prédios" e "permitem-se erguer aqueles prédios", visto como o sujeito desta é "aqueles prédios", e o daquela "é a frase toda". E acede isto: "Desta última construção há maior uso, e daquela há escassez." Tudo errado, menos a frase em que o verbo regente se acha no singular. Não há, absolutamente, liberdade de construção em dizeres desta espécie; tal liberdade existe, sim, quando os dois verbos — o do modo finito e o infinitivo — formam conjugação perifrástica ou expressão verbal, como se viu acima a respeito de "poder-se-á levar em conta riscos diferentes" e "poder-se-ão levar em conta riscos diferentes". Mas em frases análogas a "permite-se erguer aqueles prédios" o verbo "permite" e o verbo "erguer" não formam locução verbal, porquanto cada um deles constitui uma oração, sendo a segunda subordinada substantiva subjectiva, pois é o sujeito da primeira: "erguer aqueles prédios permite-se", isto é, "erguer aqueles prédios é permitido". Já se vê que há erro em se ensinar que o sujeito de "permite-se" é "a frase toda". Não: o sujeito é a oração infinitiva. E há também erro em asseverar-se que "há maior uso" da construção "permitem-se erguer aqueles prédios" e que "há escassez" da outra, com o verbo regente no singular. O que é verdade é que "não há uso autorizado" da primeira, e que da segunda "não há escassez", pois é a única legítima. O sentido, e somente o sentido é que determina e exige a concordância com o verbo regente no singular. O sentido não admite que se diga ou escreva "permitem-se erguer aqueles prédios", uma vez que ninguém compreende o que seja "aqueles prédios são permitidos erguer" ou "aqueles prédios permitem ser erguidos". "Aqueles prédios", neste caso, é o sujeito, mas este sujeito é incapaz de praticar acção. **Donde se conclui que a única forma legítima**

de construir a frase é com o verbo no singular: "permite-se erguer aqueles prédios", a saber, "erguer aqueles prédios é permitido".

Ainda ensina o professor que tanto faz dizer "proibe-se afixar cartazes" como "proíbem-se afixar cartazes", sendo sujeito desta o substantivo "cartazes". Os mesmos erros apontados existem aqui. Se "cartazes" é o sujeito desta sentença, como se há-de entender que "cartazes são proibidos afixar" ou "cartazes proíbem ser afixados"? "Cartazes" é coisa que podem exercer acção? podem praticá-la? Óbvio é que não. Logo, o termo "cartazes" não pode ser o sujeito da frase. O sujeito dela é, inquestionavelmente, a oração infinitiva: "afixar cartazes". Consequentemente, o verbo não pode assumir o número plural. A única forma certa é "proibe-se afixar cartazes".

Enfim, mais uma lição do professor: "Há liberdade de construção em 'quer-se demolir aqueles muros' e 'querem-se demolir aqueles muros', sendo sujeito neste último caso o substantivo plural." Exactamente o contrário do que ensina João Ribeiro. Mas é com este que eu vou, porque ele se baseia nos factos da linguagem, na lógica e na razão. Não há liberdade de construção em frases que tais. Pôr-se o verbo no plural é cometer solecismo. De feito: "querem-se demolir aqueles muros" significa o seguinte: "aqueles muros querem ser demolidos". Quem será capaz de afirmar esse desautério? "Aqueles muros" podem querer alguma coisa? Em construções destas o verbo tem de ficar obrigatoriamente no singular: "quer-se demolir aqueles muros". O sujeito é, negavelmente, "demolir aqueles muros". "Aqueles muros" é objecto directo do verbo "demolir". "Quer demolir" não é locução verbal: "quer-se" é oração principal, e "demolir aqueles muros" é oração subordinada substantiva subjectiva.

Pode-se dizer e escrever isso mil vezes, mas o tal professor não corrigirá os defeitos do seu entendimento nem emendará os erros do seu ensinamento. É que ele não considera como "divergência" a demonstração das suas falhas e dos seus extravijs. Obcecado pelo seu orgulho, não pode enxergar a verdade. Uma vez adoptada uma teoria ou doutrina gramatical ou filológica, ainda que reconheça intimamente que ela é errônea, ilógica ou anti-racional, nada fará com que ele mude para melhor. Erra, ensina errado, e não há quem o induza a não perseverar no erro.

Errare humanum est, sed perseverare, diabolicum.

Pobres alunos e iludidos leitores que engolem tais "pílulas" envenenadas!

Já agora não rematarei esta resposta sem oferecer ao meu distinto consulente alguns exemplos de grandes escritores e de quem conhece bem a nossa língua, afora os que transcrevi acima, no intuito de provar que esses mestres não usam o verbo no plural em construções idênticas ou semelhantes às que venho de examinar.

Alexandre Herculano: "Tirar de uma ordem de raciocínios argumentos contra uma ordem de raciocínios diversos... é mostrar que se não sabe ou não se quer avaliar ideias complexas." ("Opúsculos", tomo VIII, 3ª edição, pág. 259.)

Camilo Castelo Branco: "Sabemos que se intenta sempre atenuar os serviços." ("O Génio do Cristianismo", 6ª edição, vol. II, pág. 304.) — "É a lei... em que se proibe pendurar cornos epigramáticos às portas das pessoas casadas." ("Perfil do Marquês de Pombal", ed. de 1882, pág. 108.)

Leite de Vasconcelos: "Sempre em todos os tempos se procurou iludir os preceitos religiosos, os votos, as juras." ("Lições de Filologia Portuguesa", ed. de 1911, pág. 414.)

Gonçalves Viana: "Em geral, pretendem-se justificar os grupos..." ("Ortografia Nacional", ed. de 1904, pág. 67.)

Rodrigo de Sá Nogueira: "Resolveu-se introduzir modificações no sistema oficial português." ("Questões de Linguagem", 3ª parte, ed. de 1936, pág. 148.)

Cândido de Figueiredo: "Depressa se consegue imitar certas maneiras de estilo." (A Arte de Escrever", 4ª ed., pág. 45.) — "As leis do estilo são processos, com cujo auxílio se consegue encontrar essas fórmulas." ("A Formação do Estilo", 3ª ed., pág. 341.)

Propositadamente deixei por último os filólogos brasileiros, dos quais citarei apenas três, por não estender em demasia esta resposta; eles, como os padrões mais desenganados da linguagem internerata, e como os seus pares lusitanos, costumam escrever destarte:

Mário Barreto: "Quer-se edificar templos." — "Deseja-se calçar algumas ruas." — "Intenta-se construir casas." ("De Gramática e de Linguagem", ed. de 1922, tomo I, pág. 59.) — "Não se conseguiu adquirir informações." — "Procura-se interessar no movimento todos os organismos sindicais." — "Chegou ao acampamento o boato de

que se pretendia atacar as tropas por civis e força armada." — "As pérolas falsas existem ao lado das verdadeiras, e tão perfeitas na sua semelhança enganadora que não se sabe diferenciar umas das outras." — "Em Paris, não se usa trazer rebuçados para dar às senhoras." — "Tentou-se então fazer largas sangrias." ("Através do Dicionário e da Gramática", ed. de 1927, pág. 295.)

Said Ali: "Consegue-se abafar várias expressões supérfluas." ("Formação de Palavras e Sintaxe do Português Histórico", ed. de 1923, pág. 166.) — "Com mais ou menos dificuldade consegue-se identificar os seguintes..." ("Dificuldades da Língua Portuguesa", 2ª ed., pág. 259, nota.) — "Não se usa refugar designações estrangeiras quando há incerteza de possuímos no vernáculo expressões que digam rigorosamente a mesma cousa." (Ibidem, pág. 305.)

Otoniel Mota: "No português actual não se usa mais apassivar com o pronomine as expressões em que há um agente claro." ("Lições de Português", 4ª edição, pág. 60.)

O professor de Filologia Portuguesa da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo ensina publicamente que todas essas construções são correctas com o verbo regente no plural. Contudo, é força confessar que, sendo no plural, aí, os verbos "conseguir", "deser", "intentar", "pretender", "procurar", "proibir", "querer", "resolver", "saber", "tentar" e "usar", ele demonstra que a) não sabe reconhecer o sujeito e o objecto directo dessas proposições; b) não sabe fazer a concordância do verbo com o sujeito; c) não sabe interpretar essas frases, porque lhes desconhece o verdadeiro sentido; d) não sabe analisar gramatical nem sintacticamente sentenças tão corriqueiras em nossa língua.

Meu caro consulente e meu leitor benévolo: Não sentis que qualquer dessas orações, com o verbo regente no plural, é ilógica, anti-racional e absurda? Não compreendeis perfeitamente a razão pela qual os seus autores deixaram o verbo regente no singular? Não considerais como solecismo o emprego do verbo regente no plural nesses e em todos os casos análogos?